

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA HUMANISTA: ENTRE O SER E O TER A NATUREZA

Environmental Education in the Perspective of Humanist Geography: To be part of or to Possess the Nature

Sheila Castro dos Santos
Universidade Federal de Rondônia
Laboratório de Geografia e Cartografia/LABCart
sheila1705@gmail.com

Carlandio Alves da Silva
Universidade Federal do Mato Grosso
Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade/GECA
oidnalrac@gmail.com

Recebido: 15/10/2019

Aceito: 03/12/2019

RESUMO: O presente artigo circunscreve as espacialidades cognitivas produzidas durante as experiências pedagógicas do ensino superior na disciplina de educação ambiental, as sugestões e as aplicações vividas em sala de aula foram analisadas e evidenciadas visando compartilhar os sentimentos de alguns discentes de geografia sobre o tema educação ambiental. O artigo também utiliza uma perspectiva analítica do método hermenêutico-fenomenológico que busca compreender as ações humanas no espaço, em suas construções e experiências. Utilizou-se o viés metodológico qualitativo, com a tipologia descritiva e explicativa, visando demonstrar o desenvolvimento do raciocínio voltado à educacional ambiental e sustentabilidade na compreensão fenomenológica, que é forjada no ser humano desde seu nascimento. Após análises, percebeu-se a necessidade do docente elaborar um plano de ensino, onde seja levado em conta alguns tópicos: a integração e harmonia com o ecossistema entre pessoas e os espaços vividos, a sensibilização de que todos fazem parte do planeta e são parte da natureza, conscientizar o papel cidadão do docente ou bacharel em geografia, o entendimento sobre o fetiche do consumo, são reflexões que devem ser compartilhados com os acadêmicos. Constatou-se que o entendimento da proposição humanística para educação ambiental reflete em uma consciência questionadora de si e das ações praticadas. Pensar no posicionamento dos professores de geografia e o quanto estes em sua ação didática podem contribuir para o florescimento de uma consciência cidadã voltada para educação ambiental e política, questionadora com sua essência na relação com a natureza.

Palavras-chave: Cidadania; Dominação; Sustentabilidade.

ABSTRACT: This article circumscribes the cognitive spatialities produced during pedagogical experiences on college education in 'environmental education' discipline, the suggestions and applications lived in classroom were analyzed and evidenced in order to share the feelings of some geography students about environmental education theme. The article also uses an analytical perspective from the hermeneutic-phenomenological method that seeks to understand human actions in space, its constructions and experiences. The perspective of qualitative methodology was used, with the descriptive and explanatory typology, aiming to demonstrate the development of reasoning, focused on environmental education and sustainability in the phenomenological understanding, which is forged in humans since birth. After analysis, it was realized the teacher's need to elaborate a teaching plan, which takes into account some topics: integration and harmony with the ecosystem between people and living spaces, awareness that all are part of the planet and are part From nature, raising the awareness of the role as citizens, teachers or bachelors in geography, understanding the fetish of consumption, are reflections that should be shared with students. It was found that the understanding of humanistic

proposition for environmental education reflects in a questioning conscience of itself and the actions practiced. Thinking about the position of geography teachers and how much in their didactic action can contribute to the flourishing of a citizen conscience focused on environmental and political education, questioning with its essence in the relationship with nature.

Keywords: Citizenship; Domination; Sustainability

INTRODUÇÃO

Este texto possui o objetivo de evidenciar as espacialidades cognitivas produzidas durante as experiências pedagógicas do ensino superior da disciplina de educação ambiental na graduação em geografia em uma universidade pública, as proposições e práticas experienciadas em sala de aula foram analisadas e evidenciadas visando compartilhar as angústias, aversões, rejeição e negação de alguns discentes de licenciatura em geografia sobre o tema educação ambiental, sustentabilidade, e o homem enquanto parte da natureza.

A temática de preservação e conservação da natureza faz-se necessário como tentativa de transformação do pensamento capitalista do lucro a qualquer custo, não importando a quem possa atingir. As ações voltadas ao equilíbrio e a qualidade do meio ambiente estão em foco e debate nas últimas décadas, no entanto ainda não são efetivas para promover qualidade para as populações atuais, mesmo fazendo parte de pauta em reuniões e agendas de vários países. Contudo, diante da certeza da finitude dos recursos naturais coloca-se em evidência a necessidade de práticas em busca do equilíbrio ambiental, ecológico e da justiça social como uma das grandes metas para se alcançar a sustentabilidade.

A abordagem empregada para dissertar a questão ambiental e pedagogia neste texto foram concatenadas, com reflexões e posturas acadêmicas delineadas no entendimento de que a educação ambiental deve fazer sentido nas relações humanas, com práticas sociais diversificadas, onde os indivíduos tomem consciência que podem fazer o mínimo para auxiliar na preservação de ecossistemas e diminuir a degradação ambiental, o processo de ensino e aprendizagem coletiva em sala de aula visa mudanças nas ações, busca conscientização individual para que haja pequenas ações voltadas à sustentabilidade no contexto social, pois:

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar a transformação do conhecimento e nas práticas educativas (JACOBI, 2003, p. 191).

Diante do exposto, buscou-se na sala de aula de educação ambiental que os discentes entendessem seu papel enquanto seres pertencentes a natureza, e dela necessitando para sua existência. Esta, é uma prerrogativa para a compreensão da educação ambiental dentro da ciência geográfica a necessidade ou pode-se conjecturar a

prioridade para que o discente tenha empatia para com a natureza, entender que faz parte e necessita dela para continuar sua existência no planeta, no entanto:

Evidentemente, não há soluções distintas para as relações sociedade/natureza e para as relações entre os homens, pois estes dois problemas se constituem num só. Como constata Casini (1975), não existe uma solução final, e não é a simples condenação da ciência nem da tecnologia que evitará a autodestruição da espécie pela destruição da natureza. A salvação do planeta e dos homens depende, antes, das mudanças nas relações entre os homens e só poderá ser eficaz ou não, se constituir um cálculo consciente, resultante de uma inteligência crítica que descubra as reais formas de organização política da vida, que institua uma nova sociedade no processo de produção, na organização do trabalho, que se estabeleça em novas bases de cooperação. (BERNARDES; FERREIRA, 2012, p. 40).

Por isso, é complexo para o professor ministrar aula para turmas que veem a natureza como apenas fonte de recurso, e que com a visão judaico-cristã de dominação e posse da natureza creem que devam subjugar-la para seu próprio benefício. A questão básica que surge, é como elaborar um plano de aula que consiga deixar em dúvida esta prática? Nele deve ser possível apresentar, orientar e avaliar a aprendizagem dos conceitos de natureza e de educação ambiental na perspectiva geográfica. É necessário da parte do professor ter a consciência que o saber não tem como ser linear, cada aluno compreende a fala do docente de forma diferente, as explicações tornam-se curvas acintosas que não são fixas, pelo contrário estas se movem na fala do professor no diálogo, no modo como ele expõem os questionamentos, os conceitos, assim na perspectiva da fala do docente e no entendimento do discente deve haver mediações para que haja compreensão do dito, pois:

O discurso é sempre discurso a respeito de algo: refere-se a um mundo que pretende descrever exprimir ou representar. O evento, nesse terceiro sentido, é a vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso. Enfim, ao passo que a língua não é senão a condição prévia da comunicação, a qual que a língua não é senão a condição prévia da comunicação, à qual ela fornece seus códigos, é no discurso que todas as mensagens são trocadas. (RICOEUR, 1990, p. 46).

E, nesse sentido a forma como o professor entende o mundo vai diferenciar sua abordagem pedagógica. “O conhecimento parece ser o estado interno dos sujeitos que lhes permite interpretar as percepções, tecer representações e tomar decisões” (CASTROGIOVANNI, 2014, p. 177).

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se a perspectiva analítica do método hermenêutico-fenomenológico ricoueriano (2007) e a base teórica da geografia humanística, ambos buscam compreender as ações humanas no espaço, em suas construções e experiências. E, no que diz respeito às bases procedimentais normativas da pesquisa, utilizou-se o viés metodológico qualitativo, com a tipologia descritiva e explicativa. Visando demonstrar o desenvolvimento do raciocínio voltado à educacional ambiental e

sustentabilidade na compreensão fenomenológica, que é forjada no ser humano desde seu nascimento, nesse sentido:

A memória é do passado. É o contraste com o futuro da conjectura e da espera e com o presente da sensação (ou percepção) que impõe esta caracterização primordial. E é sob a autoridade da linguagem comum (“ninguém diria, mas dir-se-ia que...”) que é feita a distinção. Mais fortemente ainda: é “na alma” que se diz ter anteriormente (*proteron*) ouvido, sentido, pensado alguma coisa. Essa marca temporal assim promovida da linguagem, depende do que chamaremos mais adiante de memória declarativa (RICOEUR, 2007, p. 35).

Após alguns estudos sobre memória o autor começou a elaborar sua abordagem fenomenológica, a qual visou compreender as ações gravadas na mente humana que foram vividas em determinado lugar no espaço e que podem ter sua temporalidade exposta por meio das modificações que são engendradas no espaço geográfico. E, como este texto trata diretamente da percepção vivida em sala de aula na disciplina de educação ambiental com educandos que não percebiam a negação inconsciente que fazem do seu pertencimento a natureza, colocando-se como maiores e fora da natureza, perspectiva criacionista do homem.

A hermenêutica-fenomenológica é um método que disponibiliza ao pesquisador técnicas de análises para compreensão do sujeito de estudo das modificações que podem ser operadas para provável conscientização tanto do pesquisador quanto do sujeito pesquisado, é próprio para análise da geografia humanística, pois possibilita a reflexão do pesquisador e seu crescimento cognitivo. Pois, para tentar divergir da realidade social de consumo o docente tem que agir em sala de aula envolvendo os discentes com discussões em texto científicos críticos, com exemplos de seu cotidiano e idas a campo, para que ao se depararem com outras realidades sintam-se incomodados e deixem sua zona de conforto.

Nesse sentido o docente irá conduzir o discente a deixar de acreditar que o fetiche do consumo é algo normal, e que os recursos naturais estão disponíveis para serem consumidos sem que haja alguma cobrança ao atual modo de vida, em que a maior parte da sociedade está acostumada a exercer um pensamento que deve ser colocado em xeque-mate:

como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir (FREIRE, 1983, p. 17-18).

Neste sentido o entender é fenomenológico, pois é a compreensão obtida por meio da percepção e da construção mental da tomada de consciência sobre algo ou alguma coisa, a concepção homem-natureza-sustentabilidade faz-se extremamente importante dentro da sala de aula.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A perspectiva docente direcionada para educação ambiental

O processo de intervenção pedagógica do professor deve buscar no aluno a empatia para com a natureza, envolvendo-os com conhecimento científico geográfico, afetivamente com o meio em que vive e com emoções positivas para com a sustentabilidade, desenvolvendo a prática do reutilizar, reciclar, conservar e preservar em seu cotidiano, “a reflexão dos alunos sobre a realidade socioespacial, compreendendo-a e problematizando-a” (MELLO, 2015, p. 121).

Em posicionamento crítico Paulo Freire evidencia que:

a sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Por isso vive uma realidade imaginária e não a sua própria realidade objetiva (FREIRE, 1983, p. 35).

Se o docente almeja romper com o desconhecimento de que o indivíduo destrói sem qualquer motivo seu entorno, a primeira mudança a ocorrer é a do conhecimento, disponibilizar textos, discutir teorias e as modificações impostas pelo homem no espaço, em parceria com um plano de ensino delineado para romper com a tradição colonialista e alienadora pode haver transformação nas atitudes de seu aluno.

Nessa concepção deve-se elaborar um plano de ensino, onde seja levado em conta alguns tópicos: Como ter integração e harmonia com o ecossistema entre pessoas e os espaços vividos, diferenciando as pequenas ações de descarte e separação dos rejeitos, diminuição no consumo de objetos que algumas vezes são simplesmente descartados sem devida utilização, reutilização de óleo de cozinha, compostagem, não queimar lixo pensando que vai solucionar o problema, são pequenos passos que devem ser compartilhados com os discentes que por serem pessoas influenciam outros com seus gestos.

Outro tópico são os questionamentos a serem realizados em sala: A Educação Ambiental na escola pode ser a solução? E, nós entendemos os processos cognitivos em que estamos inseridos enquanto agentes modificadores do relevo? Somos cidadãos com consciência ambiental?

A sustentabilidade depende de fatores internos aos seres humanos, seu conceito está atrelado as mudanças das práticas humanas de degradação:

a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites as possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. (JACOBI, 2003, p. 195).

O ensino da educação ambiental faz-se importante para o conhecimento do papel social do indivíduo enquanto ser que possui poder de transformar seu espaço vivido. Como gestor de sua vida o ser humano deve se preocupar com as diretrizes voltadas

a sustentabilidade do ecossistema, e visar critério de justiça social, a qual como construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva deve visar o bem comum.

Em termos de desenvolvimento, a justiça social é vista como o cruzamento entre o pilar econômico e o pilar social, de maneira enquanto projeto e prática política, ela deveria ter como base as ações voltadas para a sustentabilidade, delineando a possibilidade de conscientização e mudança de comportamento social.

A intervenção pedagógica realizada deve ser como futura possibilidade de mudança, do modo de pensar tanto do acadêmico quanto do aluno de ensino médio e fundamental, Freire (1983) infere que a educação é a resposta para o inalcançável, quando se deseja algo, e há a prática para que esse algo ocorra então o que estava dentro de uma zona inatingível é atingido. Essa ação é realizada pelo homem quando ele ao buscar conhecimento, cada vez mais se coloca como aprendiz desse universo de informações, conhecimentos, experiências que são meditadas com base reflexiva e criticidade sobre o que lhe envolve, de maneira que:

a educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se que é inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1983, p. 28).

Deve-se pensar que ao desenvolver novas metodologias para o ensino, busca-se novas reflexões sobre as diversas realidades apresentadas na educação ambiental, essas devem discutir as novas e antigas experiências, pode-se dessa maneira conduzir em um contexto social fora dos espaços acadêmicos a reflexões críticas propiciadas por docentes preocupados com a disseminação do conhecimento e pela transformação do indivíduo em cidadão consciente com as diferenças que existem na sociedade, visando a conscientização ambiental, pois como coloca Straforini (2001, p. 36) “a Geografia tem por finalidade munir os alunos de conhecimentos que lhes permitam agir de modo mais lúcido ao tratar das questões que tem a ver com a ocupação e gestão do espaço em diferentes níveis” No mesmo sentido Calvalcanti et alii (2014, p. 6) expõe que:

o indivíduo apenas torna-se cidadão completo quando reconhece que atende plenamente às seguintes dimensões da cidadania: 1. a dimensão civil, na qual o cidadão tem a garantia de seus direitos e deveres cívicos, como direitos civis à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; 2. a dimensão política, na qual o cidadão tem garantida a possibilidade de participar politicamente da vida em sociedade e das decisões que melhor encaminhem o conjunto social a um determinado rumo; 3. A dimensão socioeconômica, na qual existe a possibilidade de contestação junto às forças do Estado de bens sociais e culturais, que garantam a manutenção da vida do cidadão e de seus pares; 4. a dimensão cívica, que é responsável pelas normativas que garantem a boa convivência entre as pessoas; 5. a dimensão do consumo (ou do mercado), que é o que garante a possibilidade de o cidadão garantir o seu direito ao consumo de bens materiais, sociais, culturais e naturais, permitindo-lhe assim, ter a manutenção satisfatória de sua vida em um sentido mais amplo; 6. a dimensão do pertencimento, que é a

organização territorial na qual o cidadão está assentado; 7. a dimensão espacial, que se refere a espacialidade vivida pelo cidadão.

As dimensões proposta pela autora podem ser tratadas tanto na universidade quanto na escola, e na disciplina de educação ambiental se articularem formando uma espacialidade voltada para formação da cidadania, com abordagens significativas e esforços para questionar dentro da zona proximal de desenvolvimento dos educandos as práticas ambientais que fazem parte do cotidiano destes, que podem ser abordadas pelas categorias geográficas. A partir do ensino que faz sentido na existência do professor e do educando percebe-se que:

o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos fazem parte das aquisições do desenvolvimento, entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de uma forma ou de outra seriam impossíveis de acontecer (VYGOTSKY, 1998, p. 118).

Nesse sentido entender a educação ambiental e as práticas sustentáveis deve acompanhar a reflexão do que é denominado por conhecimento de si, este que é:

uma interpretação que não é mais fácil que a dos outros: provavelmente, é mais difícil, porque só me compreendo a mim mesmo pelos sinais que dou de minha própria vida e que me são enviados pelos outros. Todo conhecimento de si é mediato, através de sinais de obras. (RICOEUR, 1990, p. 27).

Mostrar o que envolve as questões sobre ecossistema deve ser proposto, de maneira teórica e prática, evidenciar como foi elaborado o conceito de natureza, qual o papel do Estado como gestor de políticas desenvolvidas para preservação ou depredação da natureza. Além de entender o espaço no contexto global, onde quanto a Divisão Internacional do Trabalho vincula quem deve explorar, quem deve produzir e quem deve consumir.

Não podemos argumentar sobre os problemas ambientais sem destacar a enorme desigualdade entre os países dos hemisférios norte e sul, num mundo onde os países do norte, embora representem a minoria da população do planeta, absorvem a maior parte das melhorias do nível de vida produzidas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, enquanto que milhões de habitantes do sul sofrem com a escassez crônica de alimentos. O problema principal da proposta do Clube de Roma foi a defesa do crescimento zero, na medida em que fechava o caminho para o crescimento dos países mais pobres (BERNARDES; FERREIRA, 2012, p. 35).

Perceber que os sistemas econômicos geram disputas e reorganizações que conduzem seus integrantes a determinada atividade que geralmente menospreza a primeira natureza e conseqüentemente pode levar ao esgotamento dos recursos naturais. Enquanto ordenamento político jurídico há vislumbre de coercitividade para quem degrada o meio ambiente, no entanto, por falta de pessoal esta ação não é operacionalizável. De maneira geral as paisagens são alteradas, seja elas culturais ou naturais, tanto pela ação humana, quanto pelos fatores geológicos, geomorfológicos e climáticos do planeta. No entanto, a interferência antrópica tem

antecipado muitos fenômenos que não são benéficos para o planeta e para o próprio ser humano. Ter a certeza de que a responsabilidade pela poluição e desrespeito aos recursos naturais são diretamente do homem é necessário.

Uma visão de criticidade e conhecimento do cidadão para a educação ambiental

É justo inferir que o educador não seja o proprietário do saber, no entanto deve deter algumas técnicas para instigar ao conhecimento, pois o saber não é mercadoria para ser vendido e consumido ele deve ser buscado, conquistado e explorado, o educador deve conhecer o máximo possível para melhor incentivar o educando a sair de sua zona de conforto, pois se sabe que foi diante do “processo de globalização entrará numa nova fase com uma nova revolução nas relações do homem com a natureza terá início, com enormes consequências para o devir da humanidade e do planeta” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 26).

O aprendizado é um ato de rebeldia possível, com o armazenamento de informações de forma coerente e intelectual, o discente começa a desenvolver o aprendizado crítico voltado a tomada de consciência de seu papel social enquanto futuro educador, que poderá auxiliar no desenvolvimento cognitivo de outras pessoas. Por isso as práticas pedagógicas e o desenvolvimento das ações na zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky são tão importantes no cotidiano, pensando e praticando ações nos:

Conteúdos conceituais → o conhecimento resulta da interação entre o indivíduo, a informação exterior e o significado que este lhe atribui. É consequência de processo de construção que envolve o aluno como sujeito de sua aprendizagem; Ação docente → ensinar é ajudar os alunos a confrontar e ressignificar informações relevantes no âmbito da relação que estabelecem com a realidade, capacitando-os para reconstruir significados atribuídos a essa realidade a essa relação; ação discente → ação de confronto entre a realidade objetiva e o conjunto de significados que cada um constrói a partir de experiências pessoais e das regras sociais existentes; envolvimento do aluno → o dialogo conduzido é atividade essencial. O aluno é convidado a opinar e aprender a respeitar opiniões divergentes; o diálogo e o silêncio → intenso, significativo, mas centralizado nos conteúdos trabalhados. Prevalece o opinar e buscar construir hipóteses, mas existe um falar disciplinado, objetivo, ordenado; as competências → os alunos são instigados a perguntar, responder, refletir, contextualizar, pesquisar, argumentar, explorando diferentes habilidades; a autoavaliação → ainda que nem sempre perceptível para maior parte dos alunos, a dinâmica da aula propõe reflexão constante e significativa. (ANTUNES, 2014, p. 43-44).

Nesse sentido, acredita-se que a geografia trará um pensamento crítico ao tratar da educação ambiental, pois pensar geograficamente e analisar os problemas socioambientais com intuito de exercer a cidadania da melhor maneira possível para entender que a problemática ambiental vai além de questões filosóficas e política, é um interesse que envolve a sobrevivência humana:

A questão política está portanto no centro do desafio ambiental contemporâneo, e essa constatação é essencial, na medida em que as consequências de não se enfrentar essa raiz política do problema pode significar que não haja vencedores, com o agravamento das condições

provocadas por mudanças climáticas globais, com o aumento do buraco da camada de ozônio, com o aumento da erosão genética com o aumento do volume de solos perdidos, com o aumento do desequilíbrio hídrico com a ampliação da desertificação aumento da pressão sobre os recursos naturais de população originárias e, conseqüentemente sobre a diversidade cultural enquanto patrimônio do conhecimento diferenciado da humanidade sobre suas diferenciadas condições naturais de existência (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 164).

Mesmo com o advento da globalização o Brasil e, os países em subdesenvolvimento continuam exercendo o modelo de colônias subservientes ao capital das grandes empresas, deve-se entender que a natureza não é somente recurso, é por meio dela que o ser humano pode viver no planeta. Urge a necessidade da conscientização dos docentes e discente de educação ambiental do seu papel para com a sustentabilidade no lugar em que vive, Chiavenato (1989) aponta que o caminho para que se entenda a natureza é o entendimento do que é o humano:

Todos os sistemas e fatos históricos que resultam na castração da liberdade do homem são antinaturais. O resgate da liberdade do homem, isto é, da sua plenitude como ser humano, é o ponto de partida para todas as políticas de justiça social, entre elas, a luta pelo meio ambiente. Devemos conhecer o homem e a natureza em sua essência, para desenvolvermos uma consciência capaz de modificar a própria tradição de desumanização do homem. (CHIAVENATO, 1989, p. 14).

A consciência de que a justiça social é para todos, sem distinção de classe social ou cor, pois é a partir da justiça social, como conjunto de políticas que têm a missão de resolver situações de desigualdade e exclusão social, é a apresentação de serviços que ajude a superar ou sair de uma situação de vulnerabilidade social, mas ela também é tida como uma construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva, e que deve ser desenvolvida como o cruzamento entre o pilar econômico e o pilar social, onde o econômico não pode ser maior e produzir a destruição futura dos seres humanos.

Um dos pontos para a justiça social é a aplicação de políticas voltadas para o ecossistema visando a sustentabilidade só conseguem contribuir para diminuir os enormes desafios das questões socioambientais da contemporaneidade se independente do governo mantenham diálogo permanente com a sociedade, é por isso que a educação ambiental, deve ser trabalhada com viés crítico de transformação cidadã. A educação ambiental está alicerçada na Lei nº 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, a qual implementou em junho de 2003 o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental formado por dois ministérios que atuam juntos: o MEC representado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental, da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pela Diretoria de Educação Ambiental, na Secretaria Executiva.

Do ponto de vista político-administrativo do sistema federativo, existem três estruturas: a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama (CGEAM/Ibama), com os Núcleos de Educação Ambiental (NEAs), a CGEA/MEC e a DEA/MMA. Outras instituições federais também fazem educação ambiental, como o Ministério da Defesa, a Agência Nacional de

Águas (ANA), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O Órgão Gestor funciona com um Comitê Assessor, um espaço estratégico de participação da sociedade e de formulação de políticas, composto por representantes de diversos segmentos, mas que se expande pela necessidade mesmo de ser ainda mais representativo dos educadores ambientais. [...] No âmbito estadual, foram constituídas como instâncias coordenadoras as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAS). Elas variam bastante de estado para estado, mas basicamente são compostas de forma paritária pelas Secretarias Estaduais de Educação e de Meio Ambiente e pelas Redes de Educação Ambiental estaduais ou regionais. Por serem organismos abertos e fluidos, as representações das redes e da sociedade civil podem incluir pessoas de órgãos governamentais, ou mesmo entidades de classes – OAB, CREA, Associação de Biólogos, Federação da Indústria – ou movimentos sociais e ONGs. Temos hoje, formalmente criadas por decretos governamentais, 24 CIEAS e dois estados e o Distrito Federal com Comissões pró-CIEAS. (MEC, 2007, p. 18).

No entanto, alguns desses organismos foram sufocados por seus governantes, sendo enfraquecidos. Diante disso, o docente deve lembrar a seus educandos quais as perspectivas que objetivam a maior degradação da natureza disponibilizando benesses para maior depredação ambiental, que conduzem a sociedade, ou seja, o país a sofrer sérias consequências nos anos seguintes as ações de depredação, pois as ações de depredação serão sentidas pela sociedade durante vários anos, nesse sentido:

É interessante ressaltar ainda que cada momento histórico valoriza diferentes “recursos naturais” e, portanto, distintas regiões do planeta. Produtos que envolvem fontes de energia, como vimos para o caso do petróleo, costumam ser mais valorizados. hoje por exemplo, o valor adquirido por uma área que dispõem de grande biodiversidade está ligado à ascensão da biotecnologia no mercado globalizado. (PORTO-GONÇALVES e HAESBAERT, 2016, p. 43).

O conhecimento crítico das ações sobre o espaço não desabonam o docente a instigar os discentes a reutilizar, reciclar, proteger e conservar o ecossistema, evitar queimadas, descartar os resíduos sólidos e líquidos em lugares apropriados, diminuir o consumo de plásticos, participar ou fazer abaixo assinado cobrando que a legislação ambiental seja realmente praticada, são práticas que podem ser realizadas por qualquer pessoa, e fazem a diferença, e estão dispostas na Lei 9.795 de 1999, a qual dispõem nos artigos:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira

integrada aos programas educacionais que desenvolvem [...] (BRASIL, 1999, p. 1).

Dentro da questão ambiental, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, mais conhecida como “Rio 92”, foi definido pelos 179 países participantes que deveria ser implementado para a sustentabilidade um “instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável”, para justiça social, este que ficou denominado de Agenda 21, deveria agir como norteadora do que fazer para que o meio ambiente pudesse ser utilizado com uma prática sustentável, com algumas propostas que contemplam tanto espaço urbano e rural.

A Agenda 21 traz consigo 5 (cinco) diretrizes e/ou estratégias organizacionais, que visam regular o uso e a ocupação do solo por meio de métodos e técnicas de planejamento ambiental, incluindo as diversas formas de zoneamento, a articulação e o gerenciamento de unidades espaciais de importância para a biodiversidade e para a conservação dos recursos naturais, tais como corredores ecológicos, unidades de conservação, ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos:

1ª Estratégia Apoio à elaboração de zoneamentos ambientais; Criar novas Unidades de Conservação de uso direto e indireto e implementar efetivamente aquelas existentes de modo a formarem um conjunto significativo que corresponda a pelo menos 10% da área de cada um dos principais ecossistemas (biomas) terrestres, costeiro e oceânicos, presentes no território nacional. Identificação da capacidade de exploração da plataforma continental jurídica brasileira (PCJB) - identifica e viabiliza economicamente a exploração das jazidas visando a utilização sustentável do recurso. 2ª Estratégias Promoção do Manejo sustentável da biodiversidade - Disciplinamento da utilização de organismos geneticamente modificados – OGMS - medidas preventivas para avaliação de risco e manejo dos organismos. Fomento as iniciativas de produção de sementes e mudas de essências florestais: Combate ao tráfico de animais e plantas nativas. 3ª Estratégias Desenvolver, propor e aperfeiçoar a pesquisa e os estudos voltados ao aumento do conhecimento científico sobre a biodiversidade, incluindo a definição de indicadores. Identificação de indicadores de sustentabilidade. Desenvolvimento de pesquisa para subsidiar a gestão dos recursos naturais; Desenvolvimentos de estudos para definição de novos indicadores de uso sustentável dos recursos naturais; 4ª Estratégias Estabelecer medidas de controle da qualidade ambiental com vistas a proteção e ao disciplinamento do uso dos recursos naturais e de proteção da atmosfera global. Recuperação de áreas degradadas; Gestão integradas de resíduos sólidos urbanos; Proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos. 5ª Estratégia Estabelecer, desenvolver e estimular o apoio aos diferentes aspectos da gestão de recursos naturais, por meio da implementação de medidas estruturais que envolvam o fortalecimento institucional, a capacitação e o treinamento dos recursos humanos, a educação ambiental e a cooperação internacional. Estratégias, para regular o uso e a ocupação do solo urbano e o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população pela promoção da equidade e qualidade ambiental (AGENDA 21, 1995).

Pode inferir a respeito das ações proposta pela Agenda21, todas estão intimamente relacionadas a finanças propostas para serem implementadas no Brasil na gestão de utilização dos recursos, ao estudar o referido texto encontra-se mais citação a

economia, exploração e desenvolvimento econômico do que a preservação da natureza, ou seja, à sustentabilidade.

O que deveria ser uma ação implementada tanto pelo Estado como por empresas e indivíduos da sociedade em geral, no contexto das 5 estratégias propostas como metas, pouco foi realmente colocado em prática, a educação ambiental foi e continua sendo uma luta individual que alguns docentes e discentes realizam, com pouco auxílio das universidades ou escolas, o Estado relegou seu papel, os mecanismos que deveriam agir para desenvolver uma consciência ambiental direcionada a práticas, domésticas, empresariais e governamentais não foram desenvolvidas com eficiência. A consciência do que seja ecossistema foi quase apagada, pois a visão do capital enquanto mantenedor das mídias e de governos propicia a degradação cada vez maior dos recursos naturais, com isso:

Há assim uma enorme dívida ecológica sendo contraída contra o planeta e contra a maior parte da humanidade, e esse é um trunfo fantástico que os países que dispõem de enormes reservas de biodiversidade de energia solar abundante (riqueza em fotossíntese potencial), de água e de outros recursos minerais, além de múltiplas culturas com seus saberes e fazeres tecidos em convivência com a natureza (vide seu múltiplos cultivares adaptados as mais distintas situações geoambientais) tem para estabelecer um diálogo de outro tipo na sua política externa. Mas para isso, é preciso romper com a colonialidade do pensamento com a colonialidade do saber e não querer ser como o primeiro mudo como se a felicidade humana só tivesse uma via, a que os europeus e estadunidense estabeleceram para si que, entretanto se fez com a pilhagem do planeta entretanto, se fez com a pilhagem do planeta como um todo. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 48).

O professor de educação ambiental deve ter em mente a consciência de seu dever para com a transformação individual de seus alunos, para que no contexto socioespacial eles sejam capacitados a desenvolver uma prática voltada à sustentabilidade com visão crítica de que o consumismo, e a exploração desenfreada tendem a coloca-los em péssimas condições de salubridade, a cultura do consumo deve ser repensada, pois “também somos natureza”. E, o ser humano possui a necessidade dos elementos que a compõem para a manutenção da vida, deve lutar por justiça social atrelada a manutenção da vida. Segundo Ricoeur (1990) o ser enquanto existência dá ao humano a consciência por meio de sequências simbólicas, e são a partir dessas que a concepção de preservação da natureza inclui a preservação da existência humana. Chiavenato (1989, p. 8) questiona como é utilizado o verbo ter e ser, pois “o ter, aprimorado com a dominação de classes, justifica várias injustiças uma delas, a de sacrificar a natureza [...] Fomos educados para ter”, o autor impõe na revisão conceitual de desses verbos que são utilizados na perspectiva de dominação humana para com ambiente:

Ter e ser são ações mentais de compreensão sobre o papel do homem na natureza, para entender que a beleza percebida pelos sentidos algumas vezes deve ser somente contemplada, de maneira que sua preservação dará possibilidade de outras pessoas as observarem e obterem o sentimento da apreciação do belo. As heterogeneidades das paisagens e dos lugares são exemplos de diversidade de cor, forma, conteúdo e de função que há no espaço e que precisa ser compreendida sua utilização com o pensamento sustentável. A sensibilização do docente e do discente devem caminhar

mediante a aproximação de que somos parte da natureza, porque também somos natureza. O capitalismo destruiu o ser nos homens e privilegiou alguns a ter (CHIAVENATO, 1989, p. 13).

O questionamento do ter e ser durante a disciplina de educação ambiental deve ser refletido constantemente, por meio das frases de impactado, como: ‘somos parte da natureza e sem ela não vivemos’; ‘necessitamos do ambiente para sobreviver’, ‘sem oxigênio e água bons para o consumo adoecemos e morremos’; ‘devemos rever sempre o nosso papel de consumidores’; em conjunto com as frases podem surgir os questionamentos, para que de tal modo, comece a ocorrer um processo mental que será realizado para colocar em dúvidas o que foi ensinado de forma geral a respeito do ser parte da natureza, e o ter para poder destruir ou preservá-la e/ou conservá-la.

O fortalecimento do ter como prática social alienante, uma das fontes de dominação de classes, criou uma ideologia que a justifica. Aprendemos então, racionalmente, de maneira lógica, a desprezar a natureza. Aprendemos inconscientemente, e também que nos ensina age sem consciência – o que é “normal”, pois a consciência das coisas muda o ser. (CHIAVENATO, 1989, p. 11).

Ter e Ser como ações mentais de compreensão sobre o papel do homem na natureza, para entender que a beleza percebida pelos sentidos algumas vezes deve ser somente contemplada, de maneira que sua preservação dará possibilidade de outras pessoas as contemplarem e obterem o sentimento da apreciação do belo.

As heterogeneidades das paisagens e dos lugares são exemplos de diversidade de cor, forma, conteúdo e de função que há no espaço e que precisa ser compreendida sua utilização com o pensamento sustentável. A sensibilização do docente e do discente devem caminhar mediante a aproximação de que ‘somos parte da natureza’, porque também ‘somos natureza’, mas não deve fugir das indicações políticas e críticas do papel enquanto cidadão diante da sociedade. Pois, dentro da sociedade brasileira tem-se a necessidade de cidadania, para que a compreensão de que a “sociedade estratificada em classes nega a sensibilidade humana” a quem não possui uma renda elevada. “E por escamoteá-lo tanto de sua natureza humana, tiram dele o direito de admirar um campo de girassóis. Nesse sentido “capitalismo destruiu o ser nos homens e privilegiou alguns com o ter”. (CHIAVENATO, 1989, p. 12).

Nesse contexto há um fator importante ao docente que pretende ministrar aula de educação ambiental é o aprimoramento e o desenvolvimento intelectual, voltados a prática dos processos de conservação e preservação do ecossistema¹, direcionados a uma perspectiva humanista em que visa a construção de valores sociais, habilidades, atitudes e competências direcionados ao bem de uso comum essencial para uma vida sadia com respeito ao ambiente. Tendo em vista como afirma Martins (2014, p. 65) sobre ser professor dentro de um mundo globalizado “significa muito mais que transmissão de conteúdo. É necessário construir habilidades e competências para atuar num mundo recheado de tecnologias, privilegiando práticas

¹Utiliza-se o conceito de Ecossistema proposto por Porto-Gonçalves (1998, p.63): compreende, antes de mais nada, o biótopo – o meio geofísico – e a biocenose – conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam este biótopo. Constitui, assim uma unidade complexa de caráter organizador ou sistema.

transformadoras”, evidenciando que ao sentir a paisagem e o lugar deve haver a interação com o ambiente natural, tanto quanto com o artificial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da proposição humanística para educação ambiental reflete em uma consciência questionadora de si e das ações praticadas. Pensar no posicionamento dos professores de geografia e o quanto estes em sua ação didática podem contribuir para o florescimento de uma consciência cidadã voltada para educação ambiental e política, questionadora com sua essência na relação com a natureza.

Refletindo que a educação ambiental só é possível porque o homem não é um ser acabado, está sempre se reinventando, aprendendo, formando e fomentando novas possibilidades, por isso compreender a natureza se faz necessário e só pode ser realizado por meio das transformações constantes, estas que o ser humano vivencia no meio acadêmico ou escolar.

Com relação ao professor de geografia, este não deve se deixar abater pelo fetiche de consumo que advoga grande parte da mente humana, que deseja comprar e possuir, retomando a perspectiva verbal proposta no texto de ‘ter e ser’, deve-se mostrar aos discentes que eles ‘são em essência parte da natureza’, e que todos necessitam dela para manutenção da vida. Com plano de aula crítico, sensibilizador e utilizando o método de zona de desenvolvimento proximal o docente conseguirá realizar em sua sala de aula ou em aulas de campo, um ensino pautado em reflexões existenciais e políticas, que é uma base hermenêutica-fenomenológica do conhecimento de si.

O educando percebe quando o professor realmente se importa com o compartilhamento do conhecimento, não se deve por isso aceitar as turmas apáticas como normalidade. Deve-se, enquanto educador colocá-las em embate consigo mesmo, para que saiam da zona de conforto e percebam que estão em um mundo, político, econômico e que precisam entender seu papel no contexto social para crescimento próprio.

AGRADECIMENTO

Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de Bolsa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Edição da Secretária do Meio Ambiente. 475p.

ANTUNES, C. (Coord.). *Geografia e Didática*. Petrópolis: Vozes, 2014. 152p.

ARAÚJO, R. C. Manual do Candidato: Geografia. Brasília: ministério das relações exteriores, 2007. p. 143-182.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 17-41.

BRASIL. *Lei 9.795 Educação Ambiental*. Brasília: Casa Civil Planalto Federal, 1999.

CAVALCANTI, L. de S.; SOUZA, V. C. de. A Formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. In: *Anais XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control*: Barcelona, 2014. p. 1-16.

CASTROGIOVANNI, A. C. Diferentes conceitos nas complexas práticas de ensino em geografia. In: TONINI, I. M.; CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B.; KAERCHER, N. A.; MARTINS, R. E. M. W. *O ensino de geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre, 2014. p. 175-184.

CHIAVENATO, J. J. *O massacre da Natureza*. São Paulo: Moderna, 1989. 136p.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 111p.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Editora Petropolis, 2000. p. 28-101.

GOULART, L. B.; KAERCHER, N. A.; MARTINS, R. E. M. W. *O ensino de geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre, 2014. p. 175-184.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: *Cadernos de Pesquisa*: n. 118, 2003. p. 189-205. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> - acessado em 02 de agosto de 2018.

JATOBÁ, S. U. S.; FARIA, J. L. C.; VARGAS, G. M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. In: *Sociedade e Estado*: Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 2009. p. 47-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf> - Acessado em 17 de maio de 2017.

MARTINS, R. E. M. W. *A trajetória da geografia e o seu ensino no século XXI*. In: TONINI, I. M.; CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B.; KAERCHER, N. A.;

MARTINS, R. E. M. W. *O ensino de geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre, 2014. p. 61-76.

MEC. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: UNESCO, 2007. 245p.

MELLO, M. C. de O. Da teoria à prática do ensino da geografia. In: *Revista UNIVESP - Conteúdos e didática de Geografia*: UNESP, 2015. p. 119-151

PONTUSCHKA, N. N. A Geografia: Pesquisa e Ensino. In: CARLOS, A. F. A. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 111-142.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; HAESBAERT, R. *A nova Des-Ordem Mundial*. São Paulo: editora UNESP, 2011. 160p.

PORTO GONÇALVES, C. W. *Os descaminhos do meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998. 152p.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007. 536p.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990. 132p.

SILVA, A. C. da. *Geografia e Lugar Social*. São Paulo: Contexto, 1991. 144p.

STRAFORINI, R. Ensinar Geografia nas Séries Iniciais: o desafio da totalidade mundo. *Dissertação (Mestrado em Geociências)* apresentada na Universidade Estadual de Campinas, no Programa de Pós-Graduação em Geociências na Área de Educação Aplicada as Geociências: Campinas, 2001. p. 155p.

TONINI, I. M.; CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B.; KAERCHER, N. A.; MARTINS, R. E. M. W. *O ensino de geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre, 2014. 180p.